

Dívidas do Governo federal cresceram R\$ 13 bilhões apenas no mês de maio

Capitalização do BB, entrada de dólares e Proer foram principais causas da alta

Rossana Alves

• **BRASÍLIA.** Os dados liberados ontem pelo Banco Central não deixam dúvida: diferentemente do que afirma a equipe econômica, o desempenho das contas públicas vem piorando nos últimos dois meses. O déficit global do setor público, incluindo o pagamento dos juros da dívida, cresceu 22,8% em abril em relação a março, saltando de 4,99% para 6,13% do Produto Interno Bruto (PIB). A dívida em títulos do Governo federal aumentou R\$ 13,3 bilhões, ou 9,6%, saindo de R\$ 138 bilhões em abril para R\$ 151,3 bilhões em maio.

O explosão da dívida é resultado da maciça venda de títulos do Tesouro Nacional e do Banco Central aos bancos no mês passado. Desde o início do Plano Real, nunca o Governo federal tinha colocado tantos papéis no mercado num só mês — nada menos que R\$ 10,3 bilhões, em termos líquidos (descontada a rolagem de dívidas antigas). Para se ter uma idéia, o último recorde de emissão de títulos acontecera em julho do ano passado, quando foram vendidos R\$ 9,7 bilhões em papéis federais.

Tesouro emitiu títulos para capitalizar o Banco do Brasil

A capitalização do Banco do Brasil (BB) foi a principal responsável pelo crescimento da dívida. Para salvar o BB, o Tesouro emitiu R\$ 6,4 bilhões em títulos, que serviram para aumentar o capital do banco. Com isto, o Governo tentou neutralizar os prejuízos registrados pela instituição em 95, de R\$ 4,2 bilhões, e no primeiro semestre deste ano, ainda não divulgado.

Além disso, o Banco Central foi

obrigado a vender aos bancos quase R\$ 4 bilhões em títulos, para reduzir a quantidade de dinheiro na economia decorrente do ingresso de dólares no país e da liberação de recursos do próprio Banco Central para os bancos em dificuldades e para o Proer, o programa de estímulo às fusões de instituições financeiras. Ao retirar dinheiro da economia, o objetivo do BC é evitar o aumento da inflação, pois o raciocínio é de que, quanto mais reais estiverem circulando no mercado, menos eles valerão.

O Banco Central liberou R\$ 6,1 bilhões em recursos para o Proer no mês passado. Desse total, R\$ 3,6 bilhões foram utilizados para

quitar dívidas antigas dos bancos para com o BC. Os R\$ 2,5 bilhões restantes foram repassados à Caixa Econômica Federal (CEF), que comprou a carteira imobiliária do Banco Econômico; ao Banco Rural, que incorporou o Banco Mercantil de Pernambuco; e ao Banco Bandeirantes, que comprou o Banorte. Além disso, mais R\$ 1 bilhão foi emprestado pelo BC para bancos com dificuldade de fechar seu caixa, através da linha de desconto.

No mês passado, o ingresso líquido de moeda estrangeira chegou a R\$ 3,7 bilhões, o mais alto desde o início do ano. Contribuiu para esse comportamento o aumento da captação de emprésti-

mos no exterior por parte de empresas e bancos. Somente a CESP, empresa de energia elétrica de São Paulo, trouxe para o país US\$ 709 milhões. Ao mesmo tempo, cresceram os investimentos diretos em empresas brasileiras, com destaque para o ingresso de US\$ 1,2 bilhão em capital estrangeiro na compra da Light.

Reservas internacionais chegam a quase US\$ 60 bilhões

A entrada de dinheiro externo contribuiu para aumentar ainda mais as reservas internacionais do país, que bateram um novo recorde no mês passado. As reservas disponíveis (conceito de caixa) chegaram a US\$ 58,1 bilhões. No conceito de liquidez, que inclui dívidas que o Governo tem a receber, o saldo chega a US\$ 59,4 bilhões. A manutenção de grande volume de reservas tem custo elevado para o país, já que, para evitar que elas tenham impacto sobre a base monetária, o Governo tem que emitir títulos e enxugar a liquidez do mercado. O problema é que esses títulos têm taxas de juros muito mais altas do que as que o Governo recebe aplicando os dólares da reserva.

Apesar do alto preço que representa o crescimento da dívida, o Banco Central conseguiu controlar o volume de dinheiro que circula na economia no mês passado. A chamada base monetária aumentou apenas 0,9% em maio, se for considerada a média dos saldos diários. Se for medido o saldo do final de maio sobre o saldo do final de abril, o crescimento da base chega a 8,5%. Isto porque o último dia de maio caiu numa sexta-feira, quando as pessoas sacam muito dinheiro nos bancos, aumentando a quantidade de reais em circulação. ■

TRADUZINDO O ECONOMÊS

O alto preço da estabilidade

• O Governo paga um preço alto para manter a estabilidade econômica: o crescimento vertiginoso da dívida pública, ou seja, do estoque de títulos que o Banco Central vende aos bancos e sobre os quais incidem altas taxas de juros. Em menos de um ano, de junho de 95 a maio de 96, a dívida mais que dobrou — de R\$ 69,5 bilhões para R\$ 151,3 bilhões. Ao vender títulos ao mercado, o Banco Central retira da economia o excesso de dinheiro que poderia pressionar a inflação. O raciocínio dos economistas da equipe econômica é de que, com muitos reais circulando, os empresários poderiam aumentar os preços, contribuindo para acelerar a inflação. O problema é que, quanto mais títulos são emitidos, mais aumentam os gastos do Governo com o pagamento dos juros aos bancos.

Resultado: o crescimento da dívida acaba elevando o déficit público, pois o dinheiro que o Governo consegue arrecadar com impostos e contribuições não é suficiente para cobrir todas as despesas e o pagamento da conta de juros. Só no ano passado, foram gastos mais de R\$ 20 bilhões com os juros, um recorde na história do país. Pior: o crescimento do déficit realimenta a inflação, à medida que o Governo tem que emitir cada vez mais títulos e pagar juros mais altos. E, pelo menos nos quatro primeiros meses do ano, os resultados do déficit público não são animadores: até abril, o déficit nominal chegou a 6,13% do PIB.